ANÁLISE DAS LIMITAÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA NA CONTINUIDADE DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: ESTUDO DE CASO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Autores: Ana Luiza Camba Freitas, Maria Teresa Amery Augusto, Júlia Araújo Mendes Santos, Ana Paula de Oliveira Fornaziero

Fundação do Vale do Paraíba Colégio Técnico Antônio Teixeira Fernandes, Rua Paraibuna, 75, Jardim São Dimas - 12245-020 - São José dos Campos – SP, Brasil, analucamba11@gmail.com, ana.fornaziero@univap.br.

Resumo

A saúde mental constitui uma importante questão de saúde pública, especialmente diante das dificuldades de acesso e continuidade do cuidado. Este estudo analisa as principais limitações da gestão pública na assistência a pessoas com transtornos mentais. Foi realizada uma pesquisa quantitativa, por meio de formulário eletrônico, buscando identificar percepções sobre serviços da rede pública de saúde mental de São José dos Campos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), unidades de atenção básica, serviços ambulatoriais e atendimento hospitalar. Os resultados apontaram dificuldades relacionadas à demora no atendimento, à falta de vagas e à manutenção do acompanhamento contínuo, além de uma insuficiência da estrutura pública para casos que necessitam de suporte mais frequente. Os participantes demonstraram ampla concordância quanto à importância de estruturas intermediárias entre a internação hospitalar e o atendimento ambulatorial. Conclui-se que o fortalecimento da rede, a ampliação da estrutura e a continuidade do cuidado são fundamentais para aprimorar a gestão pública em saúde mental.

Palavras-chave: Saúde mental. Gestão pública. Continuidade do cuidado. Rede de Atenção Psicossocial. Políticas públicas.

Área do Conhecimento: Técnico em administração

Introdução

A saúde mental constitui um importante campo de atenção das políticas públicas, considerando a necessidade de garantir atendimento adequado, contínuo e acessível à população. No Brasil, a organização da assistência em saúde mental passou por transformações significativas, especialmente a partir da Reforma Psiquiátrica, que promoveu a substituição progressiva do modelo centrado na hospitalização por uma atenção voltada ao cuidado em rede e à reinserção social dos usuários. Apesar dos avanços na organização dos serviços, ainda existem desafios relacionados ao acesso e à continuidade do atendimento. A insuficiência de vagas, a demora no atendimento, a carência de profissionais e a dificuldade de articulação entre os diferentes serviços podem comprometer o acompanhamento dos pacientes, principalmente daqueles que necessitam de cuidados mais frequentes e especializados.

Nesse contexto, a continuidade do cuidado torna-se fundamental para favorecer a efetividade da assistência e garantir que os usuários tenham acompanhamento adequado às suas necessidades. Para pacientes com transtornos mentais graves, a existência de serviços capazes de oferecer acompanhamento contínuo e integrado é especialmente importante, considerando a necessidade de cuidados que ultrapassam o atendimento pontual. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o desenvolvimento de serviços comunitários integrados, centrados na pessoa e orientados para a recuperação, articulados aos demais componentes da rede de atenção (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

Diante desse cenário, torna-se importante analisar as condições de funcionamento e as limitações percebidas na gestão pública da saúde mental, uma vez que dificuldades de acesso, disponibilidade de vagas, estrutura e integração entre os serviços podem interferir diretamente na continuidade da assistência. A realização desta pesquisa justifica-se, portanto, pela necessidade de compreender essas dificuldades e contribuir para a reflexão sobre estratégias que possam fortalecer a rede pública de atenção à saúde mental. Além da relevância social, o estudo mostra-se pertinente por possibilitar uma análise da percepção da população sobre a estrutura disponível e sobre a necessidade de alternativas de cuidado para pacientes que necessitam de acompanhamento mais contínuo.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar as principais limitações percebidas na gestão pública da saúde mental, com ênfase nas dificuldades de acesso, na continuidade do acompanhamento e na estrutura disponível para pacientes com transtornos mentais graves. Busca-se, especificamente, compreender a percepção dos participantes sobre a necessidade de estruturas intermediárias entre a internação hospitalar e o atendimento ambulatorial, bem como identificar quais aspectos são considerados prioritários para o fortalecimento da assistência pública em saúde mental.

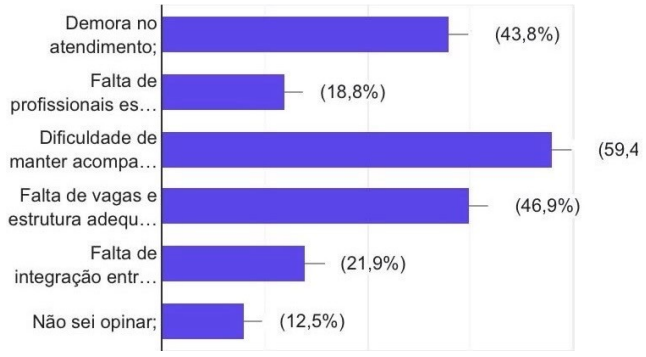
Metodologia

Foi realizada uma pesquisa de caráter quantitativo e descritivo, por meio da aplicação de um formulário eletrônico elaborado especificamente para investigar as principais limitações da gestão pública no atendimento à saúde mental da população de São José dos Campos. O instrumento foi composto por questões objetivas relacionadas ao acesso aos serviços públicos de saúde mental, à continuidade do acompanhamento, à estrutura disponível para pacientes com transtornos mentais graves e às principais dificuldades percebidas pelos participantes. O formulário foi divulgado de forma on-line, buscando obter diferentes percepções sobre o funcionamento da rede pública de saúde mental. As questões permitiram identificar experiências de utilização dos serviços, conhecimento sobre a rede pública e opiniões acerca de sua estrutura e capacidade de oferecer acompanhamento contínuo. Para a análise dos dados, foram consideradas as frequências e os percentuais apresentados nas respostas, organizados em gráficos de setores e gráficos de barras. Nas questões de múltipla escolha, os participantes puderam selecionar mais de uma alternativa, de modo que os percentuais não necessariamente totalizam 100%. A análise buscou relacionar os resultados obtidos com os objetivos do estudo, identificando os principais obstáculos percebidos na gestão pública da saúde mental.

Resultados

Os resultados obtidos indicam uma percepção predominantemente crítica em relação à capacidade da rede pública de saúde mental em garantir acesso, continuidade e acompanhamento adequado aos usuários. Em relação à utilização dos serviços públicos de saúde mental, observa-se que a maioria dos participantes declarou não ter utilizado diretamente esses serviços, enquanto uma parcela menor relatou já ter recorrido a eles. Esse resultado demonstra que parte significativa das percepções apresentadas é baseada no conhecimento indireto sobre o funcionamento da rede, além das experiências pessoais dos participantes. Entre as principais dificuldades apontadas nos serviços públicos de saúde mental, destacou se a dificuldade de manter o acompanhamento contínuo, indicada por 59,4% dos participantes. Também apresentaram destaque a falta de vagas e de estrutura adequada, com 46,9%, e a demora no atendimento, com 43,8%. Esses dados, apresentados na figura 1, apontam para problemas relacionados tanto à capacidade de atendimento da rede quanto à manutenção do cuidado ao longo do tempo.

Figura 1 – As principais dificuldades dos serviços públicos de saúde mental.



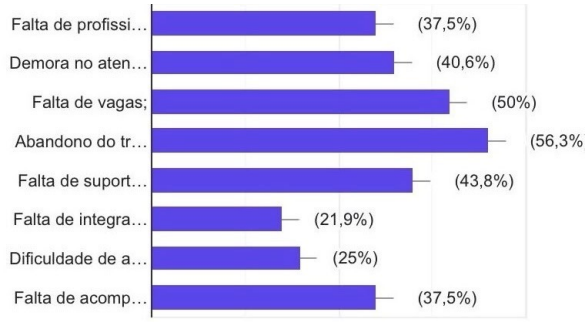
Fonte: Pesquisa realizada pelos próprios autores

A percepção sobre a continuidade do acompanhamento reforça esse cenário. Apenas uma pequena parcela dos participantes considera que os pacientes conseguem manter acompanhamento

contínuo na rede pública de São José dos Campos, enquanto 68,8% consideram que isso ocorre apenas parcialmente e 21,9% acreditam que não ocorre. Dessa forma, os resultados evidenciam que a continuidade do cuidado é percebida como uma das principais fragilidades da assistência pública em saúde mental.

Quando questionados sobre os problemas que mais dificultam essa continuidade, o abandono do tratamento foi o fator mais citado, com 56,3%. Em seguida, aparecem a falta de vagas, com 50%, a falta de suporte adequado, com 43,8%, e a demora no atendimento, com 40,6%. A falta de profissionais e de acompanhamento adequado também foram apontadas por parcela significativa dos participantes, conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2 – Problemas que mais dificultam a continuidade do cuidado em saúde mental.

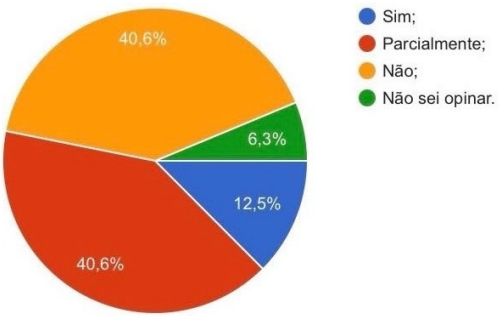


Fonte: Pesquisa realizada pelos próprios autores

Outro resultado expressivo está relacionado aos pacientes com transtornos mentais graves. 90,6% dos participantes consideram que esses pacientes necessitam de acompanhamento mais contínuo e supervisionado, enquanto uma parcela menor entende que essa necessidade depende do caso. O resultado demonstra uma percepção bastante consolidada sobre a importância de um acompanhamento mais estruturado para esse grupo.

Apesar disso, quando avaliada a estrutura atualmente disponível, apenas 12,5% consideram que a rede pública de São José dos Campos possui estrutura suficiente para atender continuamente pacientes com transtornos mentais graves. Por outro lado, 40,6% avaliaram a estrutura como insuficiente e outros 40,6% consideraram que ela é apenas parcialmente suficiente. Esses dados revelam uma diferença significativa entre a necessidade reconhecida pelos participantes e a estrutura que eles percebem como disponível na rede pública de São José dos Campos, conforme apresentado na figura 3.

Figura 3 – A rede pública possui estrutura suficiente para atender pacientes com transtornos mentais graves de forma contínua.



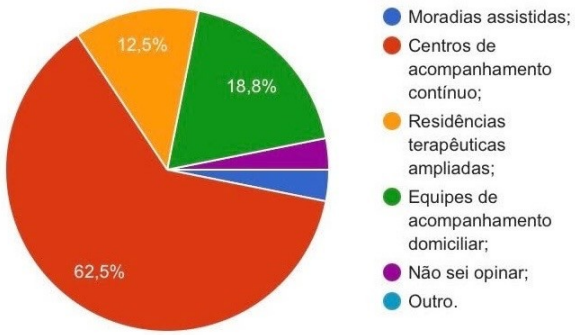
Fonte: Pesquisa realizada pelos próprios autores

A necessidade de estruturas intermediárias entre a internação hospitalar e o atendimento ambulatorial também recebeu amplo reconhecimento. 96,9% dos participantes consideraram

importante a existência dessas estruturas, indicando forte concordância quanto à necessidade de alternativas que possibilitem um cuidado contínuo sem depender exclusivamente da hospitalização ou do atendimento ambulatorial convencional.

Entre as alternativas apresentadas para essas estruturas, os centros de acompanhamento contínuo foram os mais escolhidos, correspondendo a 62,5% das respostas. Conforme demonstrado na figura 4, também se destacaram as equipes de acompanhamento domiciliar, com 18,8%, e as residências terapêuticas ampliadas, com 12,5%.

Figura 4 – Alternativa mais adequada para estruturas intermediarias entre internação hospitalar e atendimento ambulatorial.



Fonte: Pesquisa realizada pelos próprios autores

Por fim, os participantes apontaram diferentes prioridades para a melhoria da gestão pública em saúde mental em São José dos Campos. A alternativa mais selecionada foi melhorar a continuidade do acompanhamento, com 71,9%. Também apresentaram índices elevados a criação de estruturas de cuidado contínuo, com 59,4%, a ampliação de vagas e da estrutura de atendimento, com 56,3%, e a melhoria da integração entre os serviços, também com 56,3%. O aumento do número de profissionais foi indicado por 46,9% dos participantes.

De maneira geral, os resultados convergem para três problemas centrais: dificuldade de acesso aos serviços, fragilidade na continuidade do cuidado e insuficiência da estrutura disponível.

Discussão

Os resultados obtidos evidenciam que as principais limitações percebidas na gestão pública da saúde mental de São José dos Campos estão relacionadas à continuidade do cuidado, à disponibilidade de vagas e à estrutura dos serviços. A dificuldade de manter o acompanhamento contínuo foi o problema mais apontado entre as limitações dos serviços, enquanto a maioria dos participantes considerou que o acompanhamento na rede pública ocorre apenas parcialmente. Esse resultado é relevante porque a assistência em saúde mental não depende somente do primeiro acesso ao serviço, mas também da articulação entre diferentes pontos da rede e da manutenção do cuidado ao longo do tempo. Essa percepção encontra respaldo na literatura recente. Estudo realizado em um município paulista identificou dificuldades relacionadas ao acesso aos serviços e à integração dos cuidados clínicos e de saúde mental na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), apontando barreiras que podem comprometer a oferta de um cuidado integrado (DIOMEDECE; LOURENCETTI; TREICHEL, 2026). Além disso, a própria organização da RAPS pressupõe a articulação entre diferentes pontos de atenção para garantir a integralidade do cuidado (BRASIL, 2011). Outro aspecto importante observado na pesquisa foi a percepção de insuficiência da estrutura pública para atender pacientes com transtornos mentais graves de maneira contínua. Embora a grande maioria dos participantes reconheça a necessidade de acompanhamento mais contínuo e supervisionado para esses pacientes, poucos consideram a estrutura atualmente suficiente. Essa diferença entre a necessidade percebida e a capacidade de atendimento reforça a importância do fortalecimento da RAPS e da ampliação de serviços capazes de oferecer diferentes níveis de cuidado. A literatura internacional também aponta

nessa direção. A Organização Mundial da Saúde recomenda que os sistemas de saúde mental sejam organizados por meio de redes comunitárias integradas e serviços centrados nas necessidades dos usuários, incluindo centros comunitários, serviços de crise, atendimento hospitalar, apoio domiciliar e modalidades de moradia assistida (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021). Nesse sentido, o elevado percentual de participantes que considerou importante a existência de estruturas intermediárias entre a internação hospitalar e o atendimento ambulatorial demonstra uma percepção coerente com modelos de atenção comunitária. A preferência pelos centros de acompanhamento contínuo e, em seguida, pelas equipes de acompanhamento domiciliar, sugere que os participantes reconhecem a necessidade de alternativas capazes de oferecer maior suporte aos usuários. A OMS também apresenta serviços comunitários e de acompanhamento domiciliar como componentes possíveis de redes de atenção em saúde mental baseadas em direitos e centradas na pessoa (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021). Por fim, a principal prioridade indicada pelos participantes foi a melhoria da continuidade do acompanhamento, seguida pela criação de estruturas de cuidado contínuo, ampliação de vagas e melhoria da integração entre os serviços. Esses resultados reforçam que os desafios identificados não são exclusivamente relacionados à quantidade de serviços disponíveis, mas também à capacidade de articulação entre eles. Essa questão é especialmente relevante porque, segundo o Ministério da Saúde, a RAPS articula diferentes pontos de atenção com o objetivo de garantir cuidado integral e contínuo, enquanto os CAPS realizam acompanhamento contínuo e articulam o cuidado com outros serviços da rede (BRASIL, 2026). Assim, os achados deste estudo convergem com a literatura ao indicar que o fortalecimento da saúde mental pública exige ampliação da estrutura, qualificação dos profissionais, integração entre os serviços e garantia de continuidade do cuidado. Mais do que aumentar o número de atendimentos, torna-se necessário desenvolver uma rede capaz de acompanhar o usuário de forma articulada, especialmente nos casos de maior complexidade. Dessa forma, os resultados apontam para a importância de políticas públicas que priorizem uma assistência comunitária, integrada e centrada nas necessidades dos usuários.

Conclusão

A partir da análise realizada, foi possível identificar que a continuidade do cuidado constitui um dos principais desafios percebidos na gestão pública em saúde mental, especialmente no acompanhamento de pacientes que necessitam de cuidados frequentes e especializados. Os resultados apontaram dificuldades relacionadas à manutenção do acompanhamento, à disponibilidade de vagas e estrutura, à demora no atendimento e à integração entre os serviços da rede pública.

Nesse contexto, os achados reforçam a importância do acompanhamento contínuo para garantir que o usuário não receba apenas atendimentos pontuais, mas tenha seu cuidado mantido de forma regular e articulada ao longo do tempo. A continuidade permite que as diferentes necessidades do usuário sejam acompanhadas de maneira mais adequada, favorecendo a integração entre os serviços e evitando interrupções no cuidado. Para pacientes com transtornos mentais graves, essa continuidade mostra-se ainda mais relevante, considerando a necessidade de acompanhamento prolongado e articulado entre os diferentes níveis de atenção.

Os dados também demonstraram uma percepção favorável à existência de estruturas intermediárias entre a internação hospitalar e o atendimento ambulatorial, especialmente modelos voltados ao acompanhamento contínuo. Dessa forma, os resultados indicam que o fortalecimento da assistência em saúde mental não depende apenas da ampliação da oferta de serviços, mas da capacidade de garantir um cuidado contínuo, integrado e adequado às necessidades dos usuários.

Conclui-se, portanto, que o aprimoramento da gestão pública em saúde mental deve priorizar a continuidade do cuidado como elemento fundamental da assistência, fortalecendo o acompanhamento dos usuários e a articulação entre os diferentes serviços da rede. No contexto de São José dos Campos, os resultados contribuem para evidenciar a importância de analisar a estrutura existente e identificar estratégias que possibilitem um acompanhamento mais contínuo, integrado e adequado às necessidades da população.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 1 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011.html. Acesso em: 1 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Rede de Atenção Psicossocial. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps. Acesso em: 1 ago. 2026.

DIOMEDECE, Thaiane Bruna da Cruz; LOURENCETTI, Ana Laura Salomé; TREICHEL, Carlos Alberto dos Santos. Desafios para a integração dos cuidados clínicos ao cuidado em saúde mental na Rede de Atenção Psicossocial de um município paulista. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 30, 2026, e240579. Disponível em: https://doi.org/10.1590/interface.240579. Acesso em: 1 ago. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Guidance on community mental health services: promoting person-centred and rights-based approaches. Geneva: World Health Organization, 2021. 265 p. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240025707. Acesso em: 1 ago. 2026.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) pela oportunidade de realização deste trabalho e pelo suporte ao desenvolvimento da pesquisa. Agradecemos também aos professores e orientadores envolvidos, pelas orientações e contribuições ao longo da elaboração do estudo. Por fim, agradecemos a todos os participantes que contribuíram com a pesquisa, tornando possível a realização deste trabalho.